



TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 441

LIMITE ECONÔMICO OU METAMORFOSES DO CAPITALISMO?

Eduardo da Motta e Albuquerque

Agosto de 2011

Ficha catalográfica

A3451 Albuquerque, Eduardo da Motta e.
2011 Limite econômico ou metamorfoses do capitalismo? /
Eduardo da Motta e Albuquerque. – Belo Horizonte:
UFMG/CEDEPLAR, 2011.
23 p. - (Texto para discussão; 441)

Inclui bibliografia.

1. Ciclos econômicos. 2. Capitalismo. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. II. Título. III. Série.

CDD: 330

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG - NMM 056/2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

LIMITE ECONÔMICO OU METAMORFOSES DO CAPITALISMO?

Eduardo da Motta e Albuquerque
CEDEPLAR-UFGM

**CEDEPLAR/FACE/UFGM
BELO HORIZONTE
2011**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: BARREIRAS EM “ESCALA MAIS PODEROSA”?	6
I. CONTRATENDÊNCIAS À QUEDA DA TAXA DE LUCRO E A DINÂMICA DE LONGO PRAZO..	8
II. (DES)COMPASSO ENTRE AS METAMORFOSES DO ESTADO E DO CAPITALISMO.....	11
III. A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS	15
IV. CONCLUSÃO: TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS EM TRÊS DIMENSÕES	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

RESUMO

Para compreender a dinâmica do sistema capitalista no longo prazo este artigo sugere a construção de um diálogo entre as abordagens relativas às “ondas longas do desenvolvimento capitalista” (Freeman e Louçã, 2001) e aos “ciclos sistêmicos de acumulação” (Arrighi, 1994). Esse diálogo organiza este artigo, dividido em quatro seções, com os seguintes objetivos: 1) associar as metamorfoses do capitalismo à operação das contratendências à queda da taxa de lucro; 2) articular essas metamorfoses com mudanças no Estado; 3) contextualizar a atual fase de “turbulência sistêmica” (ascensão e queda da hegemonia dos Estados Unidos); 4) articular a discussão sobre metamorfoses do capitalismo a pergunta sobre os limites do capitalismo.

Palavras-chave: Metamorfoses do capitalismo, ciclos econômicos, Estado.

ABSTRACT

Metamorphoses of capitalism may be investigated following a dialogue between two theoretical approaches: long waves of capitalist development (Freeman & Louçã, 2001) and systemic cycles of accumulation (Arrighi, 1994). This dialogue organizes this paper. The first section associates the metamorphoses of capitalism with the counteracting factors against the tendency of the profit rate to fall. The second section presents the matching and mismatching between changes in the state and metamorphoses of capitalism. The third section evaluates the changes in the position of the United States as the hegemonic power. The final section discusses the limits to capitalism.

Key-words: metamorphoses of capitalism; economic cycles, State.

JEL: B51, B52

INTRODUÇÃO: BARREIRAS EM “ESCALA MAIS PODEROSA”?

Para compreender as metamorfoses do capitalismo é necessário lidar com pelo menos três diferentes dimensões: tecnologia, finanças e Estado (poder). Para lidar com essas três dimensões, este artigo propõe uma discussão integrada das abordagens relativas às “ondas longas do desenvolvimento capitalista” (Freeman e Louçã, 2001) e aos “ciclos sistêmicos de acumulação” (Arrighi, 1994). Sumariamente, a abordagem relativa às ondas longas contribui para a percepção das metamorfoses na dimensão tecnológica, enquanto a abordagem relativa aos “ciclos sistêmicos de acumulação” engloba as dimensões do dinheiro e do poder.

A possibilidade de diálogo existe porque as duas elaborações reconhecem a importância dos seus pontos fracos (dinheiro e poder nas “ondas longas” e tecnologia nos “ciclos sistêmicos de acumulação”). No esquema de Freeman e Soete (1997, pp. 65-70, coluna 13), há referências aos “aspectos dos regimes regulatórios internacionais”, nos quais a *Pax Britânica*, a *Pax Americana* e multipolaridade são mencionadas. Por sua vez, o esquema dos ciclos sistêmicos de acumulação enfatiza como o poder na escala mundial é baseado na indústria bélica, dependente da “aplicação da ciência à guerra”. Esses elementos devem ser integrados, necessariamente, à discussão sobre o Estado. Com essa integração, portanto, é possível lidar com as três dimensões aqui sugeridas: tecnologia, finanças e poder – Estado. Esse diálogo justifica-se, entre outras razões, pelos focos específicos das duas elaborações: tecnologia, em um caso; dinheiro e poder, em outro caso. Por isso, na articulação entre os respectivos pontos fortes e pontos fracos, ambos se reforçariam mutuamente. Além do mais, esse diálogo não foi até hoje realizado entre os autores mais importantes das duas abordagens.

De forma às vezes direta, às vezes indireta, um tema está presente nos debates em torno dessas elaborações sobre a dinâmica capitalista no longo prazo: há limites para o sistema capitalista? A história do capitalismo pode ser lida como uma dinâmica de repetição de crises e de subsequentes transformações estruturais para contê-las e superá-las, repetição que coloca uma questão sobre a renovação permanente da capacidade do capitalismo em contê-las. Essas questões podem ser sintetizadas em um diagnóstico de Marx sobre o capitalismo: “[a] produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanentes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa” (Marx, 1894, p. 189).

Tratar da existência de limites econômicos para o capitalismo como uma questão acadêmica não é simples, mas este artigo busca esboçar elementos para discuti-la. Para tanto, é necessário lidar com elaborações capazes de integrar os elementos relacionados com a dinâmica de longo prazo. O ponto de partida em Marx (1894), que sintetiza e supera o tratamento dos clássicos da economia política, é a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Grossmann (1929), ao tratar da “teoria da derrocada” em Marx, sistematiza e avalia diversas contratendências à queda da taxa de lucro e à derrocada, que permite a elaboração de uma visão dinâmica do capitalismo, que o leva à vizinhança da elaboração sobre as ondas longas (ver, em especial, Grossmann, 1929, pp. 92-95). Por isso, Grossmann pode ser lido como um teórico das contratendências e da dificuldade da derrocada – sua análise contempla a flexibilidade do capitalismo e o vasto estoque de circunstâncias contrariantes à queda do lucro, que contribuem para moldar a forma do seu dinamismo a longo prazo. Além do mais, Grossmann (1929, p. 19 e p. 119) trabalha com

a referência de Lênin sobre a “inexistência de situações sem saída”, inclusive para criticar elaborações que sugeririam um fim automático ou mecânico do capitalismo.

Uma apresentação mais detalhada das elaborações sobre ondas longas e ciclos sistêmicos de acumulação ultrapassa os objetivos específicos deste artigo, na medida em que o leitor tem à disposição farta literatura sobre o tema. Mas as suas relações teóricas com a obra de Marx merecem um comentário específico. Freeman e Louçã (2001) apresentam uma síntese atualizada, um conjunto amplo de referências sobre o tema, materializando um diálogo entre as elaborações de inspiração neoschumpeterianas e a elaboração de Ernest Mandel (1972, 1995). Quanto aos ciclos sistêmicos de acumulação, a exposição de Arrighi, na introdução de *O longo século XX* (1994, pp. 1-26) é rica o suficiente para destacar uma síntese entre a elaboração de Marx e os estudos históricos de Braudel, além de enfatizar no próprio Marx (1894) elaborações relativas a transições de hegemonia históricas descritas com detalhe na obra de Braudel (1986). A percepção por Marx da transformação dos Estados Unidos no caso clássico do desenvolvimento capitalista é uma indicação de outro possível diálogo em torno da mudança de centros hegemônicos.

Qual a melhor integração entre essas duas abordagens? De uma forma exploratória, é possível identificar como os pontos fortes de cada uma das abordagens podem enriquecer a outra.

Por um lado, a elaboração das ondas longas pode enriquecer a elaboração dos ciclos sistêmicos de acumulação através de uma melhor articulação entre revoluções tecnológicas, emergência de novos paradigmas e transições de hegemonia. Não é difícil a associação entre novas tecnologias e as realocações dos centros líderes no capitalismo mundial. Possivelmente, há uma lógica espacial nesses movimentos, associada às “vantagens do atraso” discutidas por Gerschenkron (1952), em que se combinam o esgotamento das oportunidades de investimento no centro hegemônico e o aparecimento de novas oportunidades e novos setores em centros emergentes. As diferenças de cronologia podem ser elucidativas - pois pelo menos nos dois últimos ciclos sistêmicos de acumulação (Inglaterra e Estados Unidos), há duas ondas longas que persistem sob um mesmo centro hegemônico (Inglaterra, nas duas primeiras ondas longas; Estados Unidos, na quarta e quinta ondas longas).

Por outro lado, a elaboração dos ciclos sistêmicos de acumulação traz inúmeras contribuições para a elaboração das ondas longas, especialmente, quanto à questão monetário-financeira e a questão do poder (Estado).

Na questão monetário-financeira, são importantes as questões relativas à expansão financeira como uma fase recorrente desses ciclos e ao poder do centro hegemônico derivado da emissão do dinheiro mundial. Essas duas questões estão fortemente associadas, na medida em que o país destinatário dos capitais excedentes do centro em declínio – a expansão financeira como “sinal do outono” (Braudel, 1986, pp. 225-226) – é aquele cuja moeda se tornará o dinheiro mundial. Ou, de outra forma, a “função de banco central de compensação” é “inseparável do papel de oficina do mundo” (Arrighi et al., 1999, p. 72).

A questão militar está associada com a natureza bélica do capital (Grossmann, 1929, p. 36) e o peso dos gastos em P&D de natureza militar é definidor da natureza do sistema nacional de inovação dos Estados Unidos (Mowery & Rosenberg, 1993). A elaboração dos ciclos sistêmicos de acumulação incorpora o papel do poderio militar na constituição das hegemonias mundiais. Arrighi et al. (1999, p.

93) destacam o papel da “industrialização da guerra” na diferenciação entre as hegemonias dos dois lados do Atlântico. Para Arrighi et al. (1999), os Estados Unidos estão entre os pioneiros dessa aplicação. Essa articulação geopolítica fundamental na elaboração dos ciclos sistêmicos de acumulação oferece uma perspectiva mais abrangente para a própria elaboração sobre os sistemas nacionais de inovação.

Para a realização de um diálogo entre essas duas abordagens, a discussão da luta entre as tendências e contratendências à queda da taxa de lucro oferece um canal articulador que incorpora integralmente os efeitos contraditórios da aplicação da ciência à produção, do desenvolvimento do sistema de crédito e da atuação do Estado como um ator decisivo na contenção das possibilidades de crise.

I. CONTRATENDÊNCIAS À QUEDA DA TAXA DE LUCRO E A DINÂMICA DE LONGO PRAZO

A combinação entre a discussão da queda tendencial da taxa de lucro, ondas longas de desenvolvimento capitalista e ciclos sistêmicos de acumulação oferece um horizonte teórico para lidar com a questão de Marx sobre as “barreiras em escala mais poderosa”, ou seja, o horizonte do sistema capitalista é uma sucessão infinita de ondas longas e ciclos sistêmicos de acumulação?

Por que combinar essas discussões sobre a dinâmica de longo prazo na economia capitalista?

Primeiro, porque a aplicação tecnológica da ciência e o sistema de crédito cumprem o papel contraditório de contribuir para a tendência à queda da taxa de lucro, ao mesmo tempo contêm o colapso do valor. A ampliação do volume de capital fixo utilizado na produção é também resultado da aplicação tecnológica da ciência e dos mecanismos financeiros para lidar com essa ampliação, a sociedade anônima, em primeiro lugar. É uma forma de introduzir o tema deste artigo que demonstra a contínua luta entre as tendências e contratendências à queda da taxa de lucro. É uma luta sempre renovada que define problemas, limites, flexibilidade e fôlego do capitalismo.

Segundo, porque o enfoque da tendência decrescente da taxa de lucro, em especial a ênfase nas contratendências a essa queda, permite diversas articulações entre a elaboração das ondas longas e dos ciclos sistêmicos de acumulação. A aplicação tecnológica da ciência está na origem de um poderoso elemento de contraposição à queda da taxa de lucro - a abertura de novos setores industriais, que estão na raiz das revoluções tecnológicas que moldam as ondas longas do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento do sistema de crédito e o crescimento do sistema financeiro são um mecanismo que oferece ao capital uma enorme flexibilidade, manifestada nos deslocamentos que ocorrem durante as fases de expansão financeira, tão decisiva na definição dos períodos de turbulência sistêmica que caracterizam as transições de hegemonia.

Durante as fases de “expansão financeira”, por um lado, a queda da taxa de lucro no país hegemônico e a consequente rarefação de oportunidades para investimento levam à “superabundância de capital monetário” (Arrighi, 1994, p. 238). Estes capitais excedentes são estimulados a buscarem novas aplicações especialmente em regiões emergentes que eventualmente podem substituir o antigo

centro hegemônico (Arrighi, 2005b, p. 89). Por outro lado, a busca de aplicações mais rentáveis e a mobilidade que a expansão financeira oferece ao capital social estão na raiz de movimentos gerais que determinam transições de hegemonias. A realização de lucros mais elevados em novas localizações é uma contribuição histórica recorrente das expansões financeiras. É importante reiterar que já na narrativa histórica de Braudel está presente a referência a essa busca de aplicações mais rentáveis. É o caso da elaboração de Braudel sobre as expansões financeiras como “sinal de outono” (Braudel, 1986, p. 225-226).

O progresso tecnológico, a aplicação da ciência à produção, está entre os principais determinantes da tendência à queda da taxa de lucro no capitalismo. Todas as menções de Marx, desde os *Grundrisse* (ver Albuquerque, 2010, capítulo 1), relacionam-se ao crescimento do peso e da sofisticação das máquinas utilizadas no processo produtivo (o mecanismo que incorpora a aplicação da ciência e do *general intellect*). A dinâmica de crescimento da composição orgânica de capital é consequência da busca na concorrência intercapitalista de superlucros, derivados da produção em condições técnicas melhores em relação aos outros capitalistas industriais.

Porém, o progresso tecnológico tem uma natureza contraditória também nesse aspecto. Ele está direta e indiretamente relacionado a diversos fatores que se contrapõem à queda da taxa de lucro. Entre as “causas contrariantes” da queda da taxa de lucro, há uma lista de seis causas, das quais três estariam diretamente relacionadas aos impactos da “aplicação da ciência à produção”: “barateamento dos elementos do capital constante”, “superpopulação relativa” e o “aumento do capital por ações”.

Grossmann (1929), por sua vez, no capítulo 3 de seu livro *A lei da acumulação e a derrocada do sistema capitalista*, discute exaustivamente as “contratendências modificantes” relativas à tendência à derrocada. A primeira parte do capítulo 3 trata do “restabelecimento da rentabilidade por modificações estruturais internas no mecanismo dos estados capitalistas”, enquanto a segunda parte trata do “mercado mundial: o restabelecimento da rentabilidade através do domínio do mercado mundial”. Entre os treze fatores envolvidos no “restabelecimento da rentabilidade” pelo menos sete deles estão diretamente relacionados ao progresso tecnológico (barateamento do capital constante, redução dos custos do capital variável pelo progresso da maquinaria, redução do tempo de rotação, barateamento dos elementos da produção, surgimento de novas esferas de produção com menor composição orgânica de capital, luta para eliminação do lucro comercial, influência das desvalorizações periódicas do capital existente,¹ o aumento do capital por ações). Em relação ao mercado mundial, para Grossmann (1929, p. 235), o peso do progresso tecnológico é uma precondição elementar, pois “o avanço técnico constitui o único método para afirmar-se no mercado mundial”. Grossmann (1929, p. 217) explicitamente avalia “o surgimento de novas esferas de produção com menor composição orgânica de capital” – claramente se apoiando no que identifica em Marx – “o capital penetra sempre em novas esferas” (p. 217). Novamente, entre as contratendências, encontram-se elementos decisivos para a compreensão da mobilidade dos capitais, fuga para áreas de maior rentabilidade.

Na medida em que as ondas longas se sucedem, esses elementos centrais mudam de formato. Por exemplo: a emigração de capitais (Mill, 1848) ou o “comércio exterior” (Marx, 1894) – causas

¹ Há uma referência a guerras (no tópico sobre desvalorizações periódicas), que é importante destacar a natureza bélica do capitalismo e por, indiretamente, tocar na associação entre tecnologia e a questão militar.

neutralizantes ou contrariantes da queda da taxa de lucro – estão relacionados a uma dinâmica que, através do envolvimento de empresas com o comércio exterior, é o início de um processo relacionado à internacionalização das empresas (Dunning, 1994, pp. 193-208), processo típico das empresas líderes especialmente após a Segunda Guerra Mundial – e as empresas multinacionais tornam-se as empresas líderes da quarta onda longa no esquema de Freeman e Perez (1988).

A identificação das expansões financeiras como movimentos de capitais superabundantes (em busca de áreas de maior rentabilidade) é outra relação entre a elaboração dos ciclos sistêmicos de acumulação e a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Arrighi (1997, p. 157) esclarece que “...I rely on Marx’s hypothesis that the credit system has been a key instrument, both nationally and internationally, of the transfer of surplus capital from declining to rising organization centers of capitalist trade and production”. Trata-se, dessa forma, de um poderoso elemento de flexibilidade do sistema, do ponto de vista locacional: problemas de dinâmica econômica em um país líder não expressam uma “crise final do capitalismo” – nem naquele país -, mas apenas uma mudança geográfica e/ou setorial do centro hegemônico do sistema – o que fornece novo fôlego para o sistema como um todo, em novas bases – identificadas pela nova configuração da onda longa e do ciclo sistêmico de acumulação. Um novo patamar para o recomeço da operação dos fatores que impulsionam a queda da taxa de lucro.

Essa dinâmica relacionada às causas contrariantes da queda da taxa de lucro – em especial a busca por novas regiões ou incorporação de novos territórios – é bastante atual. Por exemplo, Richard Freeman (2007, p. 26) analisa a inclusão de 1,47 bilhão de trabalhadores no mercado internacional de trabalho – parte de um movimento de transição em curso – decorrente da incorporação, durante as décadas de 1980 e 1990, de países como a China e a Índia, em especial, ao mercado global. Essa “duplicação” do mercado global de trabalho (p. 25) relaciona-se com uma queda na relação capital-trabalho em termos globais.

Essa transição a uma economia mais internacionalizada pode também significar uma nova forma de superação da atual fase de turbulência sistêmica. Wood (1998, p. 45) sugere que uma espécie de “grande transformação” polanyiana estaria em curso, pois, agora, na esfera internacional, “capitalism is living alone with its internal contradictions”.² Essa transformação – transnacionalização de mercados e do capital -, ressalta Wood, “relies on the state as its principal instrument” (p. 47).

Finalmente, a análise de Grossmann também auxilia identificar as mudanças na dinâmica capitalista pós-1930: o Estado e os seus recursos não estão colocados direta e explicitamente na extensa lista de contratendências à queda da taxa de lucro (pp. 187-373). A referência, entre as “funções econômicas do Estado”, ao papel “fundamental” como contradência está na obra de Poulantzas (1978, p. 199), para quem as intervenções do Estado deveriam ser investigadas como “recursos de contratendências a esta baixa tendencial em relação às novas coordenadas, na fase atual”. Essa posição é objeto de controvérsias, como a crítica de Przeworsky (1990, p. 105 e p. 109) comprova. Porém, esta crítica é suficiente para indicar o mérito de Poulantzas no tratamento da relação entre o Estado e as contratendências à queda da taxa de lucro. Relação que pode introduzir uma investigação sobre a associação entre metamorfoses do capitalismo e as mudanças no Estado.

² Essa nova fase está relacionada também com uma nova fase do imperialismo – “imperialismo capitalista”-, distinta da fase clássica do imperialismo discutida por Hilferding, Lênin, Rosa Luxemburgo, entre outros (Wood, 2003, pp. 124-130).

II. (DES)COMPASSO ENTRE AS METAMORFOSES DO ESTADO E DO CAPITALISMO

A questão do Estado é complexa e multidimensional, pois compreende toda uma agenda de pesquisa – que não será tratada aqui. Para os objetivos deste artigo, Habermas (1981) apresenta uma discussão abrangente e de longo prazo sobre o Estado - um quadro de sua evolução a partir das jornadas de juridificação, didática por indicar metamorfoses no Estado. Habermas (1981, v. 2, pp. 505-527) sugere a existência de quatro tipos de Estado ao longo da história do capitalismo: 1) o Estado Burguês (que se desenvolveu durante o Absolutismo); 2) o Estado de Direito (que corresponderia à monarquia constitucional alemã do século XIX); 3) o Estado Democrático de Direito (resultado da Revolução Francesa e da Revolução Americana) e 4) o Estado Social e Democrático de Direito, do século XX, fruto das lutas do movimento operário europeu. Nas metamorfoses entre esses quatro tipos de Estado, há questões diretamente relacionadas, tidas como questões legais (Estado e contratos), há movimentos nos quais o Estado necessariamente deve realizar em função de complexas articulações com demandas dos movimentos sociais que, uma vez incorporadas, transformam o Estado – dinâmica especialmente ressaltada pela tipologia de Habermas - , além da própria dinâmica econômica.

Nesse sentido, Habermas (1981, p. 520) é um autor que contribui para a compreensão da dinâmica combinada entre as metamorfoses do Estado e do capitalismo, ao mencionar que “os subsistemas Economia e Estado se tornam cada vez mais complexos em consequência do crescimento capitalista”.

Para tentar rastrear esse crescimento da complexidade do Estado, o objetivo desta seção é construir, através de uma resenha da literatura disponível, um quadro simplificado das suas transformações estruturais a longo prazo – quadro que pode ser cotejado com as outras transformações na tecnologia e nas finanças.

Uma lista sumária dos diversos papéis assumidos pelo Estado em relação à ciência e à tecnologia, às finanças e à história dos Estados Unidos pode ser um roteiro para captar essas transformações estruturais. Funções novas e diversificadas são assumidas pelo Estado ao longo do tempo: fornece a infraestrutura da economia – as condições gerais de produção, cada vez mais complexas -; canaliza recursos para a infraestrutura científica e educacional – que também são modernas condições gerais de produção -; estabelece políticas industriais; transfere recursos para empresas privadas – em setores ou posições estratégicas -; organiza a indústria bélica; organiza a(s) economia(s) de guerra; organiza a exploração espacial; contribui para a fundação e expansão de mercado de capitais (Sylla, 1999; Chesnais, 2004, p. 21). Também organiza o sistema monetário e financeiro; o sistema de bem-estar social – em sua versão mais pública ou mais privada -; provê serviços sociais e de saúde; estabelece mecanismos econômicos anticíclicos – chegando ao que Watkins (2010) denomina *Treasury-Wall Street Nexus* (o Estado como uma barreira de contenção da crise de 2007-2008) -; e contribui para a organização do capitalismo global (Wood, 1999 e 2003; Panitch e Gintis, 2005).

Há, dessa forma, uma dinâmica histórica de progressiva incorporação de novas funções e novas tarefas pelo Estado. Estudos que focalizam períodos históricos diferentes descrevem “novas funções do Estado” (Polanyi, 1944, p. 144) e “aumento e variedade das funções econômicas do estado” (O'Connor, 1973, p. 81). Desde 1776 há um crescimento quantitativo do peso econômico do

Estado para o caso dos Estados Unidos – crescimento sistemático, mas não linear, fortemente influenciado pela dimensão militar (Atack e Passell, p. 652). O resultado desse processo histórico é um Estado que – medido pelos gastos governamentais - alcança a 36,6% do PNB dos Estados Unidos (OECD, 2008, pp. 56-57), qualitativamente estabelece-se uma efetiva economia mista e uma articulação *sui generis* entre plano e mercado.³

Há uma dialética específica entre as metamorfoses do capitalismo e as metamorfoses do Estado. Afinal, o Estado é um ator que está na origem do capitalismo, contribuindo para a emergência combinada da moderna classe trabalhadora e da economia de mercado (Polanyi, 1944, p. 109). Foi parte da acumulação primitiva (Marx, 1867, tomo 2, pp. 285-286) e teve um papel-chave na preparação das bases da revolução industrial, através da articulação do sistema de crédito britânico em torno da dívida pública (Braudel, 1986).

Heckscher (1931, p. 767-768) investiga a construção do Estado durante a “época mercantilista” e explica a associação entre o mercantilismo e o liberalismo do século XIX: o Estado forte sonhado pelo mercantilismo se tornou realidade no século XIX, em função de uma delimitação das funções do Estado, estabelecidas pelo liberalismo.

Essa delimitação das funções do Estado pode ser articulada com a elaboração de Weber (1922), na qual o Estado Moderno (cuja emergência está descrita pela obra de Heckscher) foi resultado do processo mais geral de racionalização que esteve na origem do capitalismo e de suas instituições, que envolve a centralização dos meios administrativos e de coerção, que estabeleceram o monopólio legítimo do uso da violência (poder). Ao tratar da emergência do monopólio dos meios de violência, Weber refere-se a Trotsky, em uma reflexão sobre o “o Estado racional como associação de domínio institucional com o monopólio do poder legítimo” (p. 1056): “‘Todo Estado se basa en la fuerza’, dijo en su día Trotsky en Brest-Litowsk. Y esto es efectivamente así” (Weber, 1922, p. 1056). Essa referência contém, de forma condensada, toda uma relação teórica entre o que seria uma concepção de Estado, em Marx (e desenvolvimentos até o início do século XX), e a elaboração de Weber.

Essa delimitação de funções descrita por Heckscher (1931) também pode ser acompanhada pela obra de Adam Smith (1776) que, em seu Livro V, trata de “a receita do soberano ou do Estado”. Na discussão relativa aos “os gastos do soberano ou do Estado” (capítulo 1, Livro V), Smith menciona gastos com a “defesa”, com a “justiça”, com “as obras e as instituições públicas” (instituições para facilitar o comércio da sociedade, para a educação da juventude e para a instrução de pessoas de todas as idades) e com o “sustento da dignidade do soberano” (1776, vol. II, pp. 149-238). O terceiro capítulo do Livro V trata das “dívidas públicas” (pp. 313-344). É interessante anotar que Adam Smith indica a tendência de a defesa tornar-se, progressivamente, mais dispendiosa, na medida em que a civilização progride e há avanços na “arte bélica” (p. 163).

Polanyi (1944), discutindo a “civilização do século XIX”, refere-se às funções limitadas do Estado no tempo de Adam Smith e aponta como a instalação efetiva do *laissez-faire* – a criação do mercado de trabalho foi implementada pelo Estado - exigiria “um aumento enorme das funções administrativas do Estado” (p. 144) – em função da complexidade das cláusulas das leis do

³ O peso do estado no caso dos Estados Unidos é parte de características definidas pela variedade de capitalismo que ele representa. Outras variedades de capitalismo também detêm expressivas participações do estado: Japão (36% do PNB), Alemanha (43,9%), França (52,4%) e Suécia (52,6%) (OECD, 2008, pp. 56-57).

cercamento, o controle burocrático das *New Poor Laws*. Segundo Polanyi, “o caminho para o mercado livre estava aberto e se mantinha através de um intervencionismo contínuo, controlado e organizado de forma centralizada” (p. 146). Polanyi (p. 139) especifica o papel da legislação fabril e leis sociais, leis para a terra e tarifas agrárias e bancos centrais e gestão do sistema monetário para a autoproteção da sociedade em relação aos mercados autorregulados de trabalho, terra e dinheiro.

A elaboração de Polanyi descortina um elemento dinâmico importante na ampliação das funções do Estado, ao discutir o “duplo movimento” (p. 139, p. 153) relacionado à emergência dos mercados autorreguláveis e a reação espontânea de autoproteção da sociedade. Como afirma Polanyi, “o *laissez-faire* foi planejado, o planejamento não” (p. 146). Essa dinâmica de autoproteção da sociedade, no raciocínio de Polanyi, leva a um crescimento qualitativo de funções do Estado, como a legislação fabril e as leis sociais, leis e tarifas para a terra, necessidade de bancos centrais para a gestão do sistema monetário (p. 139).

Ao avaliar as consequências da guerra que pôs fim aos Cem Anos de Paz descritos por Polanyi, Preobrajensky (1926, pp. 173-181) estuda mudanças estruturais ocorridas em torno da Primeira Guerra Mundial, avaliando os efeitos das mudanças dos tempos de guerra sobre a dinâmica econômica nos tempos de paz. De certa forma, Adam Smith antecipa essa formulação de Preobrajensky, ao chamar atenção para um fenômeno relacionado à forma de financiamento de guerras: “A redução da dívida pública em tempo de paz nunca manteve proporção alguma com o acúmulo da mesma em tempo de guerra” (1776, v. II, p. 324). Essa elaboração de Preobrajensky é parte de um raciocínio mais amplo sobre os limites à operação da lei do valor no capitalismo monopolista. Inicia-se com a identificação, por Preobrajensky, de quatro fases do capitalismo: clássico, monopolista, “capitalismo estatal alemão dos anos 1914-1918” e “as tendências muito acentuadas nesta mesma direção na economia da *Entente* durante a guerra” (p. 171). Avalia que “durante a guerra mundial”, em especial na Alemanha, “as tendências monopolistas do capitalismo receberam grande impulso em direção a um desenvolvimento ulterior que conduziu a economia de um país como a Alemanha até ao capitalismo estatal” – pois “as necessidades da defesa obrigaram o Estado a fazer um inventário de todas as possibilidades de produção do país”. Segundo Preobrajensky (pp. 173-4), “a regulação de toda a produção capitalista pelo Estado burguês atingiu uma profundidade sem precedentes na história do capitalismo”. Nos países da *Entente*, “o sistema econômico do período de guerra foi um capitalismo estatal num grau bem menor, mas aqui também as tendências nessa direção foram poderosas” (p. 174). Quando terminou a guerra, Preobrajensky ressalta que não havia uma volta à livre concorrência e que as tendências monopolistas do capitalismo entravam em uma fase mais avançada (p. 174) e a “limitação da lei do valor” adquiriu uma “força ainda maior” (p. 175).

Essa avaliação de Preobrajensky contribui também para a identificação da associação entre a natureza bélica do capitalismo e a conformação da ampliação do papel do Estado – que sempre traz as marcas do período anterior de sua expansão. É possível conjecturar que os países vencedores, ao rearticular o cenário geopolítico internacional, preservam algumas características da economia da guerra, dados os maiores compromissos militares. Arrighi (1994, p. 21) comenta este fenômeno nos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Ao focalizar o efeito da Primeira Guerra Mundial sobre o papel do Estado na economia, esse raciocínio ressalta o seu aumento durante os confrontos e a ausência de recuo ao nível pré-guerra no

período posterior. Essa observação de Preobrajensky é por gráfico apresentado por Atack e Passell (p. 652), no qual o salto do gasto público na economia americana – e o posterior não retorno ao nível do pré-guerra – implicou em uma mudança na tendência de ampliação da participação do Estado na economia.

A revolução keynesiana é parte de um movimento ideológico que prepara uma ampliação da participação do Estado na economia (Bold et al., 1998, p. 11). Esta revolução e o *New Deal* estabelecem um novo patamar de participação do Estado. Segundo Bold et al. (p. 19), o enorme papel do Estado, hoje, é consequência da crise dos anos 1930s. Um “momento decisivo” na história econômica que, para Polanyi (p. 202), fora um tardio movimento de autoproteção nos Estados Unidos – contramovimento retardado pelas condições específicas do país, com a livre provisão de terra, trabalho e dinheiro, impossibilitando a emergência de um mercado autorregulável. A Segunda Guerra Mundial significou um novo salto da participação do Estado – com a consequente operação do efeito discutido por Preobrajensky após a Primeira Guerra Mundial.

O quadro derivado dessa combinação entre os efeitos do *New Deal* e da Segunda Guerra Mundial foi captado pelas obras de O'Connor (1973) e Minsky (1982). A contribuição de Minsky destaca o chamado *big government* – um forte elemento anticíclico. O'Connor (1973), em um trabalho que é útil como uma descrição de novas funções que são assumidas pelo Estado no pós-guerra, intitula tal articulação o *Warfare-Welfare State* – traduzido para o português como “estado militarista previdenciário” (pp. 153-179). O'Connor escreveu em um contexto no qual o “as despesas governamentais totais dos Estados Unidos cresceram de menos de 8% para mais de 30% do PNB, entre 1890 e 1960” (p. 103). Para explicar essa elevação, O'Connor lista diversas causas: despesas com investimentos sociais, despesa com consumo social e despesas sociais de produção. Essas, relativas ao *Warfare-Welfare State* relacionam-se aos capitais excedentes (o *warfare state*) e à população excedente (o *welfare state*).

Habermas (1981) e Offe (1984) discutem as transformações estruturais no Estado. Habermas, que se apoia nas pesquisas de Offe, aponta um processo de “substituição de funções de mercado por funções do Estado”, processo submetido à restrição de não colocar em perigo “o nível de investimentos das empresas privadas, que em princípio deve assegurar” (p. 486). Discutindo características do Estado Social-Democrático de Direito – que em sua tipologia corresponde à quarta forma de organização - Habermas aponta três dimensões da intervenção estatal na economia: 1) garantia militar e jurídico-institucional das condições de existência das formas de produção; 2) influência sobre a conjuntura econômica e 3) política de infraestrutura tendente a manter as condições de realização do capital (1981, v. 2, p. 486).

As transformações estruturais do Estado capitalista possuem alguns elementos de irreversibilidade – por um lado, a complexidade crescente da economia determina esse papel estrutural nas interações entre o Estado e o capital; por outro lado, os movimentos polanyianos de autoproteção da sociedade parecem ser parte da dinâmica capitalista. Evidências dessa irreversibilidade encontram-se na preservação de elementos dos sistemas de bem-estar nas economias avançadas mesmo após os governos Thatcher e Reagan. Esping-Andersen (1999, p. 172), após o fim da Era Thatcher, avalia que, apesar das mudanças radicais em governos, “there is almost no case of sharp welfare regime transformation”.

Finalmente, entre a ampliação das funções do Estado está a sua articulação com o processo de “globalização”. Essas funções do Estado do país hegemônico (e dos Estados Nacionais em torno dele) foram apresentadas por Arrighi em relação a fases anteriores do capitalismo, na medida em que “a formação do mercado mundial e a conquista militar do não-Occidente avançaram *pari passu*” (1994, p. 21).

Panitch (2000, p. 8) chama atenção para uma relação entre a “globalização” e uma maior complexidade da natureza e da função do Estado. Wood (1999, p. 177), apoiada em sua análise do papel do Estado na origem do capitalismo, ressalta a dependência do “capital global” em relação aos Estados Nacionais – surgiria, assim, uma nova função para o Estado Nacional, para além daquelas relacionadas à manutenção de condições favoráveis à acumulação: “To help it navigate the global economy” (p. 177). Wood (2003, p. 141) sustenta que “[t]he world today is more than ever a world of nation states. The political form of globalization is not a global state or global sovereignty....The very essence of globalization is a global economy administered by a global system of multiple states and local sovereignties, structured in a complex relation of domination and subordination”. Esse sistema de diversos estados tem problemas próprios, adverte Wood (2003, p. 141).

Esse papel do Estado Nacional é também destacado por Block e Evans (2005, p. 517): empresas transnacionais dependem de apoio dos Estados Nacionais de suas sedes. Panitch e Gindin (2005, p. 112), também investigando novas funções para o Estado dos Estados Unidos, discutem o seu papel na formação e no gerenciamento do capitalismo global. A construção atual do que Wood (1999) denomina “transnacionalização de mercados e do capital”, processo supervisionado pelos Estados Nacionais mais importantes, determina o surgimento de novas contradições.

A resenha aqui apresentada sustenta apóia a sugestão da relação entre as mudanças no capitalismo e no Estado. As metamorfoses no capitalismo implicam e são consequência de mudanças no Estado. Há, aqui, uma complexa causalidade, que explica o compasso e o descompasso entre as metamorfoses do capitalismo e do Estado. De uma forma bastante simples, há descompasso porque, por um lado, as crises vêm antes da resposta política que determina transformações no Estado; entretanto, por outro lado, o Estado pode assumir novas tarefas - investimentos em ciência e mesmo em pesquisa aplicada, que apoiaram, por exemplo, a origem da Internet (Fabrizio e Mowery, 2007) - que criam novos setores econômicos e/ou revoluções tecnológicas – e determinam toda uma cadeia de reações e novas mudanças.

Em compasso ou em descompasso, as metamorfoses do capitalismo e do Estado têm uma dinâmica conflituosa, embora relacionada, pois a metamorfose do Estado é pré-condição para a metamorfose no capitalismo.

III. A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

A transformação dos Estados Unidos em “caso clássico” do capitalismo já contém um importante elemento relacionado à ascensão e queda de países da posição de liderança ou de hegemonia. A articulação entre as abordagens das ondas longas e dos ciclos sistêmicos de acumulação estabelece um cenário propício para o retorno da discussão sobre os Estados Unidos. A substituição

da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos na posição hegemônica foi, de certa forma, antevista por Marx e identificada por diversos autores, a partir de posições as mais diversas. Preobrajensky (1926), por exemplo, apresenta uma descrição da ascensão da hegemonia dos Estados Unidos, em uma análise que envolva tanto elementos tecnológicos quanto creditícios (p. 178) e militares (p. 179). Weber, a partir do resultado da Primeira Guerra Mundial, identifica a abertura de uma nova era caracterizada pela liderança dos Estados Unidos⁴.

A elaboração de Freeman e Perez (1988) destaca, entre as características mais importantes da sucessão de ondas longas, os países “líderes tecnológicos” de cada fase. Os Estados Unidos aparecem entre os países líderes na segunda onda longa, atrás da Grã-Bretanha, França, Bélgica e Alemanha. Já na terceira onda longa, disputam a liderança com a Alemanha. E passam a liderar a quarta onda longa. Voltariam para a segunda posição, na quinta onda longa, atrás do Japão (1988, p. 55 e p. 57). Embora seja uma mera referência, ela indica a importância da questão.

A abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação tem na transição de hegemonias um elemento central (Arrighi, 1994). Essa elaboração tem insistido no declínio da condição hegemônica dos Estados Unidos e tem sistematicamente aperfeiçoado os argumentos em relação a este declínio. Em termos gerais, desde o seu livro *O longo século XX* Arrighi tem sugerido a abertura de um período de “turbulência sistêmica”, que caracterizaria a fase de transição de hegemonia.

Se, por um lado, o declínio dessa hegemonia pode ser identificado de diversas formas (e em especial pela posição do dólar na economia mundial), a dificuldade da transição de hegemonia em curso pode ser exemplificada pelos ajustes na avaliação de Arrighi em relação aos candidatos a centro hegemônico. Inicialmente, o candidato seria o Leste Asiático liderado pelo Japão (Arrighi, 1994, p. 344). Posteriormente, um bloco sino-nipônico (Arrighi e Silver, 1999, p. 296). Finalmente, Arrighi volta-se para a China como possível núcleo do bloco da Ásia Oriental (Arrighi et al., 2003; Arrighi, 2007).

A transição entre diferentes “dinheiros mundiais” não é simples nem destituída de atritos e choques. A transição entre a libra e o dólar completou-se com o resultado da Segunda Guerra Mundial. O fim da hegemonia do dólar, possivelmente, uma característica do atual período de turbulência sistêmica, é muito mais complexo do que a perda dos Estados Unidos da posição de “oficina do mundo”. A persistência do peso do centro hegemônico em declínio como importante centro financeiro mundial é uma característica recorrente dos processos de transição de hegemonia (Braudel, 1986, p. 245; Arrighi et al., 1999, p. 94). No linguajar das ondas longas, é um descasamento institucional que é fonte importante de crises (Freeman e Perez, 1988). Essa persistência oferece uma margem de manobra residual – embora importante em termos conjunturais – à nação que está perdendo sua posição hegemônica que fornece fôlego para o seu posicionamento internacional (Wood, 2003, p. 133).

Possivelmente, a subestimação da questão do dinheiro mundial está por trás de um certo impressionismo em relação à emergência do Japão em elaborações de neo-schumpeterianos como Nelson (Nelson e Wright, 1992) e Freeman (Freeman e Perez, 1988).

⁴ Tal afirmativa está com carta apresentada por Marianne Weber em sua biografia (Max Weber, carta de 24/11/1918, transcrita por Mariane Weber, 1926, p. 745).

Inversamente, a localização da questão tecnológica, por Arrighi, em uma posição menos central do que ela possui na dinâmica capitalista, o leva a subestimar a capacidade de resistência dos Estados Unidos como centro hegemônico. A dimensão e a sofisticação do sistema de inovação dos Estados Unidos contribuem para a preservação de um papel importante, apesar de diversos sinais relativos ao início da perda de posição hegemônica. A liderança dos Estados Unidos, na revolução das tecnologias da informação e da comunicação dos anos 1990s, demonstra a força do sistema de inovação do país. Essa posição tecnológica pode determinar características singulares na atual fase de turbulência sistêmica, indicadas por um acompanhamento da forma como Arrighi tem elaborado e refinado as discussões sobre a atual fase de transição de hegemonia (Arrighi, 1994, Arrighi et al., 1999 e Arrighi, 2007).

A forma como Arrighi (2007, pp. 99-172) dialoga com a elaboração de Brenner (2002 e 2006) sobre os Estados Unidos no cenário atual é instrutiva – uma limitação da análise de Brenner, segundo Arrighi, seria exatamente a dificuldade para incorporar na análise os elementos que sinalizam essa perda da posição hegemônica e o quadro internacional de turbulência sistêmica.

Por diversas razões, o acompanhamento da emergência da China no cenário internacional é importante para avaliar as mudanças no papel internacional dos Estados Unidos. O processo na Ásia Oriental é complexo, pois, certamente, envolveria uma razoável articulação política e econômica entre a China, o Japão e a Coreia do Sul; além da solução de questões delicadas como, por exemplo, o destino do Taiwan. Dada a história da região no século XX e as diversas questões geopolíticas envolvidas, é possível sugerir que o cenário mais provável, em termos de uma combinação entre as abordagens das ondas longas e dos ciclos sistêmicos de acumulação, seja um período de turbulência sistêmica mais duradouro do que o usual. Essa conjectura deriva-se, por um lado, do peso da persistente liderança científica e tecnológica dos Estados Unidos (destacada pelos teóricos das ondas longas) – o que sinaliza a dificuldade de sua queda rápida – e, por outro lado, pelos movimentos na esfera financeira (destacados pelos teóricos dos ciclos sistêmicos de acumulação) – que sublinham as perdas atuais da sua liderança.

Isso significaria um cenário internacional multipolar, com toda uma série de fontes de tensões e de problemas daí resultantes. Em especial, dado ao descompasso entre a dimensão internacional de vários problemas (como as crises financeiras) e a inexistência de instituições internacionais capazes de intervenção suficiente para resolver esses problemas.

Um problema adicional da atual transição de hegemonia é a natureza da expansão financeira atual, centrada nos Estados Unidos. A natureza das expansões financeiras se transforma, porque os títulos e produtos financeiros que as caracterizam mudam com o tempo e as instituições que ancoram os movimentos dos capitais excedentes são diferentes. O arranjo institucional da atual expansão financeira é diferente do anterior, qualitativa e quantitativamente - massas de capitais fictícios que representam um valor de mercado das empresas listadas em bolsa nos Estados Unidos, em 2007 US\$ 19 trilhões, em 2008 US\$ 11,5 trilhões. A própria expansão anterior à crise do mercado “*subprime*” de hipotecas imobiliárias (Brenner, 2006, p. 316 e p. 322) pode ser interpretada como uma tentativa de encontrar canais de “valorização” interna das massas de capitais excedentes circulantes nos Estados Unidos – movimentos de capitais excedentes em busca de aplicação em ativos não direcionados à produção, dado os limites de rentabilidade existentes.

A atual fase de “turbulência sistêmica” caracteriza-se pela combinação de diversos elementos: declínio da hegemonia dos Estados Unidos, emergência da Ásia Oriental como “oficina do mundo”, fim do monopólio do dólar como divisa das reservas internacionais e inexistência de uma nação ou um grupo de nações como alternativa imediata à hegemonia dos Estados Unidos. Além deles, há o surgimento de dois elementos novos: 1) iniciativas internacionais concertadas entre os bancos centrais dos países avançados (superando uma fase em que as medidas nacionais eram o elemento fundamental) – iniciativas que indicam uma nova natureza das ações estatais anticrise; 2) um novo salto no *big government* para conter nacional e internacionalmente a difusão da crise. Essas iniciativas podem ter efeitos não desprezíveis sobre a velocidade da transição hegemônica e a duração da fase de turbulência sistêmica. Porque são iniciativas que postergariam o reencontro em um país (ou região) da “função de banco central de compensação” com o “papel de oficina do mundo” - características básicas de um novo centro de um ciclo sistêmico de acumulação (Arrighi et al., 1999, p. 72).

Há uma vasta polêmica em torno do diagnóstico de Arrighi: Panitch e Gindin (2005) consideram prematura a identificação do fim da hegemonia dos Estados Unidos. Porém, Panitch e Gindin reconhecem que a China tem potencial para emergir como rival do “US empire”, embora essa possibilidade ainda esteja distante (pp. 122-123). Um ponto de concordância entre a elaboração de Panitch (e mesmo de Wood) e Arrighi estaria no diagnóstico da “bifurcação” entre o poder econômico e militar aparentemente em curso. Arrighi e Silver (1999, p. 285) consideram que não há precedente nas transições anteriores. Wood (2003, p. xii), por sua vez, reconhece que a supremacia econômica dos Estados Unidos “is no longer unchallenged as it used to be”.

O maior peso da Ásia Oriental na dinâmica econômica atual já é expressão de uma mudança estrutural importante – e expressão da variedade de capitalismo. A natureza do capitalismo no Japão (Ohkawa e Kohama, 1989), na Coreia do Sul (Amsden, 1989) e em Taiwan (Wade, 1990) envolve uma nova forma de interação entre plano e mercado, dada a natureza da presença do Estado no desenvolvimento desses países. As características do desenvolvimento da China, após 1949 e 1978, acrescentam novas características à combinação entre plano e mercado nas economias capitalistas (Rawsky, 1979; Naughton, 1995; Kornai, 2000; King e Szelényi, 2005).

Ou seja, o eventual fim do período de hegemonia dos Estados Unidos implica também em novas características estruturais do capitalismo, a partir da natureza do capitalismo no novo centro hegemônico. Essas mudanças estruturais são, certamente, importantes desde o momento atual, dada a mudança de posição internacional dos Estados Unidos já imposta pela dinâmica econômica desses três países.

IV. CONCLUSÃO: TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS EM TRÊS DIMENSÕES

Na tentativa de articular três dimensões da dinâmica capitalista de longo prazo – tecnologia, finanças e poder – surgem elementos que indicam o crescimento da complexidade entre os seus determinantes – e da economia capitalista, portanto. Essa crescente complexidade interna a cada dimensão relaciona-se com uma maior complexidade na inter-relação entre essas três dimensões. Um exemplo dessa complexidade crescente e generalizada é a dificuldade de justapor as cronologias de

duas abordagens – as cinco ondas longas posteriores à Revolução Industrial correspondem a dois ciclos sistêmicos completos. Certamente o que determinam essas cronologias são fatores centrais na análise de cada abordagem.

Há superposição e desencontro nessas cronologias, que refletem a complexidade dos processos que elas pretendem descrever. Na sucessão das tecnologias centrais das cinco ondas longas – mecanização da indústria têxtil, máquina a vapor, eletricidade e química, motor a combustão e eletrônica e, finalmente, as tecnologias de informação e comunicação – há por trás uma crescente complexidade das tecnologias, grosso modo, determinada por seu crescente conteúdo científico. Isto demanda um conjunto de articulações institucionais, sintetizadas nos sistemas de inovação. O sistema financeiro e o dinheiro mundial se rearticulam de forma que não se justapõe exatamente a essas mudanças técnicas – a cronologia dos ciclos sistêmicos de acumulação acompanha com mais precisão as mudanças no dinheiro mundial. O que é realmente útil na discussão entre essas duas abordagens é a percepção da sistemática ampliação da complexidade das atividades econômicas, com um possível corolário que é o desenvolvimento de sofisticadas interações entre mercado e planejamento, entre o privado e o público-estatal na dinâmica econômica. Essa dinâmica de longo prazo indica as metamorfoses, a riqueza de alternativas existentes para a dinâmica capitalista e o resultado atual: o capitalismo como uma economia mista. Indica também o amplo espaço para a indeterminação, dada a multiplicidade e complexidade dos atores envolvidos.

Por outro lado, esse resultado e essa compreensão teórica podem ser contrapostos à elaboração de Hayek, que sugere que o mercado responderia à complexidade da atividade econômica – e deve ser deixado à sua própria regulação. Essa contraposição é um elemento importante para a discussão de alternativas ao capitalismo.

A ênfase na capacidade de transformação do sistema capitalista é um elemento de análise que muitas vezes falta em avaliações mais localizadas sobre o destino do atual modo de produção. A partir da ênfase colocada na capacidade de transformação e na capacidade de superação de barreiras, recoloca-se a questão: há um limite para esse processo? A escala dessas barreiras alcançaria um nível que não pode ser ultrapassado?

A literatura econômica trata desse tema em diversos momentos. Podem ser mencionados pelo menos quatro autores que têm alguma elaboração sobre o tema – Grossmann (1929), Schumpeter (1942), Minsky (1986) e Arrighi (1994).

Grossmann (1929) é o mais explícito na formulação da teoria da derrocada. Porém, como sugerido neste artigo, uma leitura cuidadosa desse livro revela o arsenal de “circunstâncias neutralizantes” à disposição do capitalismo para evitar a chegada da derrocada. O conjunto das contratendências à queda da taxa de lucro é vasto o suficiente para sempre – até aqui – conseguir se contrapor aos fatores determinantes da queda da taxa de lucro. Nesse sentido, Grossmann traz uma importante contribuição para as elaborações sobre ondas longas e ciclos sistêmicos.

Schumpeter (1942) é o autor mais explícito sobre o fim do capitalismo e a sua superação, em função do seu sucesso, pelo socialismo – que pode ser democrático e mais inovativo do que o capitalismo. Para um autor importante na elaboração da abordagem das ondas longas do desenvolvimento capitalista, é curioso que ele tenha realizado esse diagnóstico. A ênfase de

Schumpeter na emergência das grandes sociedades anônimas no século XX, que tornaria obsoleta a função empresarial ao tornar a atividade inovativa rotineira, é a base desse diagnóstico sobre os limites do capitalismo. Porém, a dinâmica da aplicação da ciência à produção permite quebrar a lógica dos problemas derivados das consequências da monopolização, abrindo novas áreas para a dinâmica econômica – e a possibilidade de emergência de novas empresas que abririam novos setores, alimentando novas revoluções tecnológicas e novo fôlego para a dinâmica capitalista. Nesse sentido, a quarta e a quinta ondas longas desmentem a previsão de Schumpeter.

Minsky (1986), com o seu foco na questão financeira e na inerente instabilidade que ela carrega, sugere apenas uma inevitável sucessão de crises ao longo do tempo e a solução dessas crises por mudanças institucionais específicas para superá-las.

Arrighi (1994), na medida em que pode avaliar o prognóstico de Schumpeter a partir do arcabouço teórico dos ciclos sistêmicos de acumulação, enfatiza a flexibilidade e discute a possibilidade de “acumulação sem fim”, mas deixa em aberto o resultado.

Em relação aos limites do capitalismo, a discussão deste artigo sugere: 1) a história do capitalismo confirma a avaliação de Marx (barreiras superadas por novas barreiras); 2) uma enorme flexibilidade institucional, transformações que envolvem a permanente criação de novas instituições e novos arranjos interinstitucionais (formas novas de interação entre as instituições existentes e as instituições criadas) e permanentes deslocamentos geográficos; 3) uma combinação de um diagnóstico mais econômico de Marx (1894) - superação de barreiras - com o diagnóstico político de Lênin (1920) - não há situação sem saída para a burguesia.⁵

Não é simples a questão sobre a “escala” das barreiras erguidas pelo capitalismo. Porque, por um lado, elas são de fato cada vez maiores – como este artigo apresentou. Por outro lado, porém, os recursos para se contrapor a essas barreiras mais poderosas também crescem de forma significativa – o Estado tem aqui um papel central. O que implica em um novo resultado indeterminado, em termos econômicos.

Esse resultado indeterminado, porém, deve ser cotejado com duas questões importantes em relação ao longo prazo, que contribuem para qualificar essa dinâmica de superação de barreiras a partir da criação de novas barreiras. Em primeiro lugar, não se deve subestimar o custo humano e social existente até aqui nas transições de hegemonia. Em segundo lugar, a dinâmica do capitalismo, a longo prazo, tem originado novos problemas que podem colocar um limite à existência humana: os riscos de uma catástrofe ambiental expressam uma nova escala dos problemas criados pelo capitalismo.

O resultado indeterminado em relação aos limites econômicos do capitalismo e esses novos desafios introduzem a discussão sobre alternativas ao capitalismo.

⁵ Lênin apresenta esse balanço no informe ao Segundo Congresso da III Internacional, tratando de uma conjuntura que pode ser descrita como revolucionária – em especial na Alemanha (ver Broué, 1971). A ênfase nessa alta capacidade de manobra da burguesia em um contexto desfavorável é uma demonstração cabal da ausência de qualquer determinismo na transição para o socialismo. O informe de Lênin utiliza-se ampla e elogiosamente de um texto de Keynes (*As consequências econômicas da paz*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, E.. *A Agenda Rosdolsky*. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG (Tese apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da UFMG para candidatura a professor titular), 2010.
- AMSDEN, A. H.. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York/Oxford: Oxford University, 1989.
- ARRIGHI, G. (1994). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp (1996).
- ARRIGHI, G. (2005) Hegemony unravelling (II). *New Left Review*, 2005, v. 33, May-June, 2005.
- ARRIGHI, G. . *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. London: Verso, 2007.
- ARRIGHI, G. . Finacial expansions in world historical perspective: a reply to Robert Pollin. *New Left Review*, n. I/224, July-August, pp. 154-159, 1997
- ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDÉN, M. (eds). *The resurgence of East Asia*. London/New York: Routledge, 2003.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B.J. (1999). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ (2001)
- ATAK, J.; PASSELL, P.. *A new economic view of American history*. New York: W. W. Norton, 1996.
- BLOCK, F.; EVANS, P.. The state and the economy. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (eds) *The handbook of economic sociology*. Princeton/New York: Princeton University Press/Russel Sage Foundation (2nd edition), pp. 505-526, 2005.
- BOLD, M.; GOLDIN, C.; WHITE, E.. *The Defining Moment: the Great Depression and the American Economy in the Twentieth Century*. Chicago: The University of Chicago, 1998.
- BRAUDEL, F. (1986). *Civilização material, economia e capitalismo - séculos XV-XVIII*.: Volume 3 - O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes (1996).
- BRENNER, R.. *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005*. London/New York: Verso, 2006.
- CHESNAIS, F.. Le capital de placement: accumulation, internationalisation, effects économiques et politiques. In: CHESNAIS, F. (org.) *La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences*. Paris: Éditions La Découverte, pp. 15-50, 2004.
- DUNNING, J.. *Multinational enterprise and the global economy*. Alderhot: Edward Elgar, 1994.
- ESPING-ANDERSEN, G.. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- FABRIZIO, K. R.; MOWERY, D..The federal role in financing major innovations: information technology during the postwar period. In: LAMOREAUX, N.; SOKOLOFF, K. (eds) *Financing innovation in the United States, 1870 to the present*. Cambridge, Massachussetts: The MIT Press, pp. 283-316, 2007.

- FREEMAN, C.; LOUÇÃ, F.. *As time goes by: from the industrial revolutions and to the information revolution*. Oxford: Oxford University, 2001.
- FREEMAN, C.; PEREZ, C.. Structural crisis of ajustment: business cycles and investment behaviour. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; et al. (eds). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, pp. 38-66, 1988.
- FREEMAN, C.; SOETE, L.. *The economics of industrial innovation*. London: Pinter, 1997.
- FREEMAN, R.. The challenge of the growing globalization of labor markets to economic and social policy. In: PAUS, E. *Global capitalism unbound: winners and losers from offshore outsourcing*. New York: PalgraveMacmillan, pp. 23-39, 2007.
- GERSCHENKRON, A. (1952). *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge: Harvard University, 1962.
- GROSSMANN, H. (1929). *La ley de la acumulación y el derrumbe del sistema capitalista*. México: Siglo XXI, 1984.
- HABERMAS, J. (1981). *La teoria de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 1987.
- HECKSCHER, E. F. (1931). *La epoca mercantilista*. México: Fondo de Cultura Econômica (1943).
- KING, L. P.; SZELÉNYI, I.. Post-communist economic systems. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (eds) *The handbook of economic sociology*. Princeton/New York: Princeton University Press/Russel Sage Foundation (2nd edition), pp.205-229, 2005.
- KORNAI, J.. What the change of system from socialism to capitalism does and does not mean. *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 1, pp. 27-42, 2000.
- LÊNIN, V. I. (1920). Report on the international situation and the fundamental tasks of the Communist International – July 19. *Collected Works*. Disponível em www.marxists.org/achive/lenin/works/1920/jul/x03.htm). Acesso em 16/04/2010.
- MANDEL, E. (1972). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MANDEL, E. (1980). *Long waves of capitalist development: the Marxist interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MARX, K. (1867) *O Capital*. Volume I (tomos 1 e 2). São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, K. (1894) *O Capital*. Volume III. São Paulo (tomos 1 e 2): Abril Cultural (1984)
- MILL, J. S. (1848) *Princípios de economia política*, volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MINSKY, H. (1982). *Can “it” happen again? Essays on instability and finance*. New York: M. E. Sharp, 1984.
- MOWERY, D.; ROSENBERG, N. The United States system of innovation. NELSON, R. (ed.). *National innovation systems: a comparative analysis*. New York, Oxford: Oxford University, 1993.
- NAUGHTON, B.. *Growing out of the plan: Chinese economic reform, 1978-1993*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

- NELSON, R.; WRIGHT, G. (1992) The rise and fall of American technological leadership: the postwar era in historical perspective. *Journal of Economic Literature*, v. 30, n. 4, pp. 1931-1964.
- O'CONNOR, J. (1973) *USA: a crise do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.
- OECD. *OECD in figures 2008*. Paris: OECD, 2008.
- OFFE, C.. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OHKAWA, K; KOHAMA, H.. *Lectures on developing economics: Japan's experience and its relevance*. Tokyo: University of Tokyo, 1989.
- PANITCH, L.. The new imperial state. *New Left Review*, v. 2, Mar-Apr., pp. 5-20, 2000.
- PANITCH, L.; GINDIN, S.. Superintending global capital. *New Left Review*, v. 35, Sept-Oct., pp. 101-123, 2005.
- POLANYI, K. (1944) *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- POULANTZAS, N. (1978). *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1981
- PREOBRAJENSKY, E. (1926). *Nova economica*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
- PRZEWORSKY, A. (1990). *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dunará , 1995
- RAWSKI, T. G.. *Economic growth and employment in China*. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- SCHUMPETER, J. (1942) *Capitalism, socialism and democracy*. New York: HarperPerennial, 1975.
- SMITH, A. (1776) *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SYLLA, R.. Shaping the US financial system, 1690-1913: the dominant role of public finance. In: SYLLA, R.; TILLY, R.; TORTELLA, G. The state, the financial system and economic modernization. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 249-270, 1999.
- WADE, R. . *Governing the market: economy theory and the role of government in East Asian industrialization*. Princeton: Princeton University, 1990.
- WATKINS, S. . Editorial – Shifting sands. *New Left Review*, n. 61, Jan-Feb., pp. 5-27, 2010.
- WEBER, M. (1922) *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- WOOD, E. M. (1999) *The origin of capitalism: a longer view*. London/New York: Verso, 2002.
- WOOD, E. M.. *Empire of capital*. London/New York: Verso, 2003.
- WOOD, E. M.. Modernity, postmodernity, or capitalism? In: McCHESNEY, R. W.; WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. *Capitalism and the information age: the political economy of the global communication revolution*. New York: Monthly Review Press, pp. 27-49, 1998.